

HABEAS CORPUS Nº 466.983 - PR (2018/0223766-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : GILBERTO CARLOS RICHTHCIK E OUTRO
ADVOGADOS : GILBERTO CARLOS RICHTHCIK - PR040813
ELTON RAFAEL DILDA ZAMPIERI - PR074011
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LUCAS DOS SANTOS FIDEL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus com pedido liminar impetrado em favor de LUCAS DOS SANTOS FIDEL apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0025289-84.2018.8.16.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, ante a apreensão de 71g (setenta e um gramas) de maconha – e-STJ fl. 3.

Impetrado habeas corpus no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 27):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FULCRO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DEMONSTRAÇÃO DO *FUMUS COMISSI DELICTI* E DO *PERICULUM LIBERTATIS*. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS INSUFICIENTES PARA REVOGAÇÃO DO DECRETO DE SEGREGAÇÃO CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, sustentam os impetrantes que a droga se destinava ao consumo próprio do paciente, que é usuário de entorpecentes – tanto que já respondeu a processo pelo tipo penal contido no art. 28 da Lei n. 11.343/2006.

Afirmam inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não foi apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando que militam em favor do paciente condições pessoais

favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Destacam a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Buscam, inclusive liminarmente, seja revogada a custódia cautelar do paciente, ainda que mediante a imposição de medidas diversas do cárcere.

O pedido liminar foi por mim deferido (e-STJ fls. 82/87).

Informações prestadas (e-STJ fls. 93/150 e 153/154).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *writ* e pela concessão do *habeas corpus*, de ofício, para assegurar a liberdade ao paciente, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, conforme a seguinte ementa (e-STJ fl. 156):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGOS 33, *CAPUT*, DA LEI 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DA MEDIDA EXTREMA NÃO DEMONSTRADA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO *WRIT* E CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS*, DE OFÍCIO, PARA ASSEGURAR A LIBERDADE AO PACIENTE, CONFIRMANDO-SE A LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA.

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Ampére (PR), foi prolatada sentença, em 2/5/2019, nos autos da Ação Penal n. 0001356-09.2018.8.16.0186, para condenar o paciente, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto. Foi-lhe concedido o direito de apelar em liberdade (e-STJ fls. 170/183).

Dessarte, é patente que a presente impetração visando a revogação da custódia cautelar do paciente está prejudicada, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus* pela perda superveniente do seu objeto.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator